

GESTJUS LAW REVIEW

Volume 2025

Anuário

20 artigos publicados · pp. 1-40

Índice

1–2

DIREITO COMERCIAL

O regime jurídico das sociedades anónimas em Angola após a reforma de 2024

Prof. Dra. Esperança Tavares, Dr. Filipe Bastos · 10.5555/2025/0001

3–4

DIREITO TRIBUTÁRIO

Reforma tributária 2025: impactos no IVA e nas pequenas empresas

Prof. Dr. Jorge Lima · 10.5555/2025/0002

5–6

DIREITO BANCÁRIO

Política monetária do BNA e estabilidade do sistema bancário angolano

Prof. Dra. Esperança Tavares, Dr. João Pedro Almeida · 10.5555/2025/0003

7–8

DIREITO DO TRABALHO

Trabalho remoto na Lei Geral do Trabalho: vácuos e propostas regulatórias

Dr. Manuel Cardoso · 10.5555/2025/0004

9–10

DIREITO SOCIETÁRIO

Deveres dos administradores e responsabilidade civil nas sociedades por quotas

Dr^a. Beatriz Carvalho, Prof. Dr. Jorge Lima · 10.5555/2025/0005

11–12

DIREITO DA CONCORRÊNCIA

Acordos verticais de exclusividade e o controlo da concorrência em Angola

Dr^a. Sandra Costa · 10.5555/2025/0006

13–14

NOTAS DE JURISPRUDÊNCIA

Acórdão TS 142/2024 — limites do poder regulamentar autónomo

Prof. Dr. Jorge Lima · 10.5555/2025/0007

15–16

DIREITO COMERCIAL

Contratos de distribuição e franquia no comércio angolano

Prof. Dra. Esperança Tavares, Prof. Dr. Jorge Lima · 10.5555/2025/0008

17–18

DIREITO TRIBUTÁRIO

Preços de transferência: a abordagem angolana em perspectiva regional

Dr. Manuel Cardoso · 10.5555/2025/0009

19–20

DIREITO DO TRABALHO

Despedimento colectivo: tipologia, requisitos e contencioso

Dr. Manuel Cardoso · 10.5555/2025/0010

21–22

DIREITO BANCÁRIO

Microcrédito e inclusão financeira: o quadro regulatório angolano

Prof. Dr. Jorge Lima · 10.5555/2025/0011

23–24

REGISTOS E NOTARIADO

Modernização do registo predial: o papel da digitalização

Dr^a. Cláudia Vieira · 10.5555/2025/0012

25–26

DIREITO SOCIETÁRIO

A holding como instrumento de planeamento societário

Dr. Manuel Cardoso · 10.5555/2025/0013

27–28

DIREITO COMERCIAL

Marcas e propriedade industrial: aplicação prática em Angola

Prof. Dr. Jorge Lima · 10.5555/2025/0014

29–30

RECENSÕES

Recensão: "Direito das Sociedades Anónimas" (Lima, 2024)

Dr^a. Helena Pinto · 10.5555/2025/0015

31–32

DIREITO TRIBUTÁRIO

Fiscalidade do petróleo: regime contratual e instrumentos económicos

Prof. Dr. António Mendes, Dr. Manuel Cardoso · 10.5555/2025/0016

33–34

DIREITO DO TRABALHO

Negociação colectiva no sector privado: dinâmica e bloqueios

Prof. Dr. Jorge Lima · 10.5555/2025/0017

35–36

DIREITO DA CONCORRÊNCIA

Cartéis e provas indirectas: parâmetros para a actuação probatória

Dr^a. Beatriz Carvalho · 10.5555/2025/0018

37–38

NOTAS DE JURISPRUDÊNCIA

Tribunal Constitucional: limites à devolução de receitas tributárias

Dr^a. Cláudia Vieira · 10.5555/2025/0019

39–40

DIREITO SOCIETÁRIO

Operações de fusão e cisão: regime jurídico e aspectos fiscais

Prof. Dr. António Mendes, Dr^a. Cláudia Vieira · 10.5555/2025/0020

DIREITO COMERCIAL

O regime jurídico das sociedades anónimas em Angola após a reforma de 2024

Notas críticas e propostas de aperfeiçoamento

Prof. Dra. Esperança Tavares — Faculdade de Direito, Universidade Agostinho Neto
Dr. Filipe Bastos — Universidade Lusíada de Angola

GestJus Law Review · Volume 2025 · pp. 1-2
15 de janeiro de 2025
DOI: **10.5555/2025/0001**

◆ SUBSCRIÇÃO

RESUMO

Este estudo analisa o regime das sociedades anónimas após as alterações introduzidas em 2024, com enfoque na governança e na fiscalização.

Este estudo analisa o regime das sociedades anónimas após as alterações introduzidas em 2024, com enfoque na governança e na fiscalização.

Introdução

Este estudo aborda os principais aspectos do tema, com enfoque na realidade angolana e em comparação com outras jurisdições da CPLP.

Análise

A análise considera o quadro normativo vigente, a jurisprudência relevante e as práticas institucionais consolidadas.

Conclusão

Conclui-se que o regime actual carece de aperfeiçoamento legislativo e de orientações regulatórias mais claras.

Palavras-chave: sociedades, comercial, governança, reforma

Citar: Prof. Dra. Esperança Tavares; Dr. Filipe Bastos. "O regime jurídico das sociedades anónimas em Angola após a reforma de 2024". GestJus Law Review, 2025, pp. 1–2.
<https://doi.org/10.5555/2025/0001>

DIREITO TRIBUTÁRIO

Reforma tributária 2025: impactos no IVA e nas pequenas empresas

Prof. Dr. Jorge Lima — ISCED-Luanda

GestJus Law Review · Volume 2025 · pp. 3-4

10 de fevereiro de 2025

DOI: **10.5555/2025/0002**

◆ SUBSCRIÇÃO

RESUMO

Análise das novas taxas e dos mecanismos de compensação introduzidos pela reforma tributária de 2025.

Análise das novas taxas e dos mecanismos de compensação introduzidos pela reforma tributária de 2025.

Introdução

Este estudo aborda os principais aspectos do tema, com enfoque na realidade angolana e em comparação com outras jurisdições da CPLP.

Análise

A análise considera o quadro normativo vigente, a jurisprudência relevante e as práticas institucionais consolidadas.

Conclusão

Conclui-se que o regime actual carece de aperfeiçoamento legislativo e de orientações regulatórias mais claras.

Palavras-chave: IVA, tributário, PME, reforma

Citar: Prof. Dr. Jorge Lima. "Reforma tributária 2025: impactos no IVA e nas pequenas empresas". GestJus Law Review, 2025, pp. 3–4. <https://doi.org/10.5555/2025/0002>

DIREITO BANCÁRIO

Política monetária do BNA e estabilidade do sistema bancário angolano

Prof. Dra. Esperança Tavares — Faculdade de Direito, Universidade Agostinho Neto
Dr. João Pedro Almeida — Ordem dos Advogados de Angola

GestJus Law Review · Volume 2025 · pp. 5-6
28 de fevereiro de 2025
DOI: **10.5555/2025/0003**

◆ SUBSCRIÇÃO

RESUMO

Avaliação dos instrumentos de política monetária aplicados pelo BNA entre 2022 e 2024 e seus efeitos sobre a estabilidade financeira.

Avaliação dos instrumentos de política monetária aplicados pelo BNA entre 2022 e 2024 e seus efeitos sobre a estabilidade financeira.

Introdução

Este estudo aborda os principais aspectos do tema, com enfoque na realidade angolana e em comparação com outras jurisdições da CPLP.

Análise

A análise considera o quadro normativo vigente, a jurisprudência relevante e as práticas institucionais consolidadas.

Conclusão

Conclui-se que o regime actual carece de aperfeiçoamento legislativo e de orientações regulatórias mais claras.

Palavras-chave: BNA, bancário, política monetária

Citar: Prof. Dra. Esperança Tavares; Dr. João Pedro Almeida. "Política monetária do BNA e estabilidade do sistema bancário angolano". GestJus Law Review, 2025, pp. 5–6.

<https://doi.org/10.5555/2025/0003>

DIREITO DO TRABALHO

Trabalho remoto na Lei Geral do Trabalho: vácuos e propostas regulatórias

Dr. Manuel Cardoso — BNA — Banco Nacional de Angola

GestJus Law Review · Volume 2025 · pp. 7-8

20 de março de 2025

DOI: **10.5555/2025/0004**

◆ SUBSCRIÇÃO

RESUMO

O artigo identifica lacunas na disciplina do teletrabalho na LGT e propõe modificações para acolher arranjos contemporâneos.

O artigo identifica lacunas na disciplina do teletrabalho na LGT e propõe modificações para acolher arranjos contemporâneos.

Introdução

Este estudo aborda os principais aspectos do tema, com enfoque na realidade angolana e em comparação com outras jurisdições da CPLP.

Análise

A análise considera o quadro normativo vigente, a jurisprudência relevante e as práticas institucionais consolidadas.

Conclusão

Conclui-se que o regime actual carece de aperfeiçoamento legislativo e de orientações regulatórias mais claras.

Palavras-chave: teletrabalho, LGT, laboral

Citar: Dr. Manuel Cardoso. "Trabalho remoto na Lei Geral do Trabalho: vácuos e propostas regulatórias". GestJus Law Review, 2025, pp. 7–8. <https://doi.org/10.5555/2025/0004>

DIREITO SOCIETÁRIO

Deveres dos administradores e responsabilidade civil nas sociedades por quotas

Dr^a. **Beatriz Carvalho** — Tribunal Constitucional
Prof. Dr. **Jorge Lima** — ISCED-Luanda

GestJus Law Review · Volume 2025 · pp. 9-10
08 de abril de 2025
DOI: **10.5555/2025/0005**

◆ SUBSCRIÇÃO

RESUMO

Estudo dogmático e prático sobre os deveres fiduciários dos administradores em sede de sociedades por quotas.

Estudo dogmático e prático sobre os deveres fiduciários dos administradores em sede de sociedades por quotas.

Introdução

Este estudo aborda os principais aspectos do tema, com enfoque na realidade angolana e em comparação com outras jurisdições da CPLP.

Análise

A análise considera o quadro normativo vigente, a jurisprudência relevante e as práticas institucionais consolidadas.

Conclusão

Conclui-se que o regime actual carece de aperfeiçoamento legislativo e de orientações regulatórias mais claras.

Palavras-chave: administradores, responsabilidade, sociedades

Citar: Dr^a. Beatriz Carvalho; Prof. Dr. Jorge Lima. "Deveres dos administradores e responsabilidade civil nas sociedades por quotas". GestJus Law Review, 2025, pp. 9–10. <https://doi.org/10.5555/2025/0005>

DIREITO DA CONCORRÊNCIA

Acordos verticais de exclusividade e o controlo da concorrência em Angola

Dr^a. Sandra Costa — Centro de Estudos Jurídicos do Ministério da Justiça

GestJus Law Review · Volume 2025 · pp. 11-12

22 de abril de 2025

DOI: **10.5555/2025/0006**

◆ SUBSCRIÇÃO

RESUMO

Os acordos de exclusividade e os critérios de avaliação adoptados pelo Conselho da Concorrência são analisados à luz do direito comparado.

Os acordos de exclusividade e os critérios de avaliação adoptados pelo Conselho da Concorrência são analisados à luz do direito comparado.

Introdução

Este estudo aborda os principais aspectos do tema, com enfoque na realidade angolana e em comparação com outras jurisdições da CPLP.

Análise

A análise considera o quadro normativo vigente, a jurisprudência relevante e as práticas institucionais consolidadas.

Conclusão

Conclui-se que o regime actual carece de aperfeiçoamento legislativo e de orientações regulatórias mais claras.

Palavras-chave: concorrência, exclusividade, verticais

Citar: Dr^a. Sandra Costa. "Acordos verticais de exclusividade e o controlo da concorrência em Angola". GestJus Law Review, 2025, pp. 11–12. <https://doi.org/10.5555/2025/0006>

NOTAS DE JURISPRUDÊNCIA

Acórdão TS 142/2024 — limites do poder regulamentar autónomo

Prof. Dr. Jorge Lima — ISCED-Luanda

GestJus Law Review · Volume 2025 · pp. 13-14

05 de maio de 2025

DOI: **10.5555/2025/0007**

◆ SUBSCRIÇÃO

RESUMO

Comentário à decisão que delimita o âmbito do poder regulamentar autónomo dos Ministérios.

Comentário à decisão que delimita o âmbito do poder regulamentar autónomo dos Ministérios.

Introdução

Este estudo aborda os principais aspectos do tema, com enfoque na realidade angolana e em comparação com outras jurisdições da CPLP.

Análise

A análise considera o quadro normativo vigente, a jurisprudência relevante e as práticas institucionais consolidadas.

Conclusão

Conclui-se que o regime actual carece de aperfeiçoamento legislativo e de orientações regulatórias mais claras.

Palavras-chave: jurisprudência, TS, regulamentação

Citar: Prof. Dr. Jorge Lima. "Acórdão TS 142/2024 – limites do poder regulamentar autónomo". GestJus Law Review, 2025, pp. 13–14. <https://doi.org/10.5555/2025/0007>

DIREITO COMERCIAL

Contratos de distribuição e franquia no comércio angolano

Prof. Dra. Esperança Tavares — Faculdade de Direito, Universidade Agostinho Neto
Prof. Dr. Jorge Lima — ISCED-Luanda

GestJus Law Review · Volume 2025 · pp. 15-16
30 de maio de 2025
DOI: **10.5555/2025/0008**

◆ SUBSCRIÇÃO

RESUMO

Mapa contratual da distribuição comercial e da franquia, com casuística angolana e modelos comparados.

Mapa contratual da distribuição comercial e da franquia, com casuística angolana e modelos comparados.

Introdução

Este estudo aborda os principais aspectos do tema, com enfoque na realidade angolana e em comparação com outras jurisdições da CPLP.

Análise

A análise considera o quadro normativo vigente, a jurisprudência relevante e as práticas institucionais consolidadas.

Conclusão

Conclui-se que o regime actual carece de aperfeiçoamento legislativo e de orientações regulatórias mais claras.

Palavras-chave: distribuição, franquia, comercial

Citar: Prof. Dra. Esperança Tavares; Prof. Dr. Jorge Lima. "Contratos de distribuição e franquia no comércio angolano". GestJus Law Review, 2025, pp. 15–16.

<https://doi.org/10.5555/2025/0008>

DIREITO TRIBUTÁRIO

Preços de transferência: a abordagem angolana em perspectiva regional

Dr. Manuel Cardoso — BNA — Banco Nacional de Angola

GestJus Law Review · Volume 2025 · pp. 17-18

12 de junho de 2025

DOI: **10.5555/2025/0009**

◆ SUBSCRIÇÃO

RESUMO

Comparação dos regimes de preços de transferência praticados em Angola, África do Sul e Moçambique.

Comparação dos regimes de preços de transferência praticados em Angola, África do Sul e Moçambique.

Introdução

Este estudo aborda os principais aspectos do tema, com enfoque na realidade angolana e em comparação com outras jurisdições da CPLP.

Análise

A análise considera o quadro normativo vigente, a jurisprudência relevante e as práticas institucionais consolidadas.

Conclusão

Conclui-se que o regime actual carece de aperfeiçoamento legislativo e de orientações regulatórias mais claras.

Palavras-chave: preços de transferência, tributário, OCDE

Citar: Dr. Manuel Cardoso. "Preços de transferência: a abordagem angolana em perspectiva regional". GestJus Law Review, 2025, pp. 17–18. <https://doi.org/10.5555/2025/0009>

DIREITO DO TRABALHO

Despedimento colectivo: tipologia, requisitos e contencioso

Dr. Manuel Cardoso — BNA — Banco Nacional de Angola

GestJus Law Review · Volume 2025 · pp. 19-20

28 de junho de 2025

DOI: **10.5555/2025/0010**

◆ SUBSCRIÇÃO

RESUMO

Análise dogmática e empírica do despedimento colectivo, com base em decisões dos tribunais do trabalho.

Análise dogmática e empírica do despedimento colectivo, com base em decisões dos tribunais do trabalho.

Introdução

Este estudo aborda os principais aspectos do tema, com enfoque na realidade angolana e em comparação com outras jurisdições da CPLP.

Análise

A análise considera o quadro normativo vigente, a jurisprudência relevante e as práticas institucionais consolidadas.

Conclusão

Conclui-se que o regime actual carece de aperfeiçoamento legislativo e de orientações regulatórias mais claras.

Palavras-chave: despedimento, laboral, tribunais

Citar: Dr. Manuel Cardoso. "Despedimento colectivo: tipologia, requisitos e contencioso". GestJus Law Review, 2025, pp. 19–20. <https://doi.org/10.5555/2025/0010>

DIREITO BANCÁRIO

Microcrédito e inclusão financeira: o quadro regulatório angolano

Prof. Dr. Jorge Lima — ISCED-Luanda

GestJus Law Review · Volume 2025 · pp. 21-22

15 de julho de 2025

DOI: **10.5555/2025/0011**

◆ SUBSCRIÇÃO

RESUMO

Discussão sobre os limites e oportunidades do microcrédito no actual desenho regulatório.

Discussão sobre os limites e oportunidades do microcrédito no actual desenho regulatório.

Introdução

Este estudo aborda os principais aspectos do tema, com enfoque na realidade angolana e em comparação com outras jurisdições da CPLP.

Análise

A análise considera o quadro normativo vigente, a jurisprudência relevante e as práticas institucionais consolidadas.

Conclusão

Conclui-se que o regime actual carece de aperfeiçoamento legislativo e de orientações regulatórias mais claras.

Palavras-chave: microcrédito, inclusão, BNA

Citar: Prof. Dr. Jorge Lima. "Microcrédito e inclusão financeira: o quadro regulatório angolano". GestJus Law Review, 2025, pp. 21–22. <https://doi.org/10.5555/2025/0011>

REGISTOS E NOTARIADO

Modernização do registo predial: o papel da digitalização

Dr^a. Cláudia Vieira — Conselho da Concorrência de Angola

GestJus Law Review · Volume 2025 · pp. 23-24

05 de agosto de 2025

DOI: **10.5555/2025/0012**

● ACESSO ABERTO · OPEN ACCESS

RESUMO

Análise dos esforços de modernização do registo predial e das suas implicações para a segurança jurídica.

Análise dos esforços de modernização do registo predial e das suas implicações para a segurança jurídica.

Introdução

Este estudo aborda os principais aspectos do tema, com enfoque na realidade angolana e em comparação com outras jurisdições da CPLP.

Análise

A análise considera o quadro normativo vigente, a jurisprudência relevante e as práticas institucionais consolidadas.

Conclusão

Conclui-se que o regime actual carece de aperfeiçoamento legislativo e de orientações regulatórias mais claras.

Palavras-chave: registo predial, digitalização, notariado

Citar: Dr^a. Cláudia Vieira. "Modernização do registo predial: o papel da digitalização". GestJus Law Review, 2025, pp. 23–24. <https://doi.org/10.5555/2025/0012>

DIREITO SOCIETÁRIO

A holding como instrumento de planeamento societário

Dr. Manuel Cardoso — BNA — Banco Nacional de Angola

GestJus Law Review · Volume 2025 · pp. 25-26

25 de agosto de 2025

DOI: **10.5555/2025/0013**

◆ SUBSCRIÇÃO

RESUMO

Estudo da holding como veículo de organização patrimonial e governança em grupos angolanos.

Estudo da holding como veículo de organização patrimonial e governança em grupos angolanos.

Introdução

Este estudo aborda os principais aspectos do tema, com enfoque na realidade angolana e em comparação com outras jurisdições da CPLP.

Análise

A análise considera o quadro normativo vigente, a jurisprudência relevante e as práticas institucionais consolidadas.

Conclusão

Conclui-se que o regime actual carece de aperfeiçoamento legislativo e de orientações regulatórias mais claras.

Palavras-chave: holding, planeamento, sociedades

Citar: Dr. Manuel Cardoso. "A holding como instrumento de planeamento societário". GestJus Law Review, 2025, pp. 25–26. <https://doi.org/10.5555/2025/0013>

DIREITO COMERCIAL

Marcas e propriedade industrial: aplicação prática em Angola

Prof. Dr. Jorge Lima — ISCED-Luanda

GestJus Law Review · Volume 2025 · pp. 27-28

10 de setembro de 2025

DOI: **10.5555/2025/0014**

◆ SUBSCRIÇÃO

RESUMO

Estado da arte da protecção de marcas e desenhos industriais no IAPI e nas instâncias judiciais.

Estado da arte da protecção de marcas e desenhos industriais no IAPI e nas instâncias judiciais.

Introdução

Este estudo aborda os principais aspectos do tema, com enfoque na realidade angolana e em comparação com outras jurisdições da CPLP.

Análise

A análise considera o quadro normativo vigente, a jurisprudência relevante e as práticas institucionais consolidadas.

Conclusão

Conclui-se que o regime actual carece de aperfeiçoamento legislativo e de orientações regulatórias mais claras.

Palavras-chave: marcas, IAPI, propriedade industrial

Citar: Prof. Dr. Jorge Lima. "Marcas e propriedade industrial: aplicação prática em Angola". GestJus Law Review, 2025, pp. 27–28. <https://doi.org/10.5555/2025/0014>

RECENSÕES

Recensão: "Direito das Sociedades Anónimas" (Lima, 2024)

Dr^a. Helena Pinto — AGT — Administração Geral Tributária

GestJus Law Review · Volume 2025 · pp. 29-30

30 de setembro de 2025

DOI: **10.5555/2025/0015**

● ACESSO ABERTO · OPEN ACCESS

RESUMO

Recensão crítica da obra de referência sobre sociedades anónimas, com destaque para os capítulos sobre governança.

Recensão crítica da obra de referência sobre sociedades anónimas, com destaque para os capítulos sobre governança.

Introdução

Este estudo aborda os principais aspectos do tema, com enfoque na realidade angolana e em comparação com outras jurisdições da CPLP.

Análise

A análise considera o quadro normativo vigente, a jurisprudência relevante e as práticas institucionais consolidadas.

Conclusão

Conclui-se que o regime actual carece de aperfeiçoamento legislativo e de orientações regulatórias mais claras.

Palavras-chave: recensão, sociedades, governança

Citar: Dr^a. Helena Pinto. "Recensão: "Direito das Sociedades Anónimas" (Lima, 2024)". GestJus Law Review, 2025, pp. 29–30. <https://doi.org/10.5555/2025/0015>

DIREITO TRIBUTÁRIO

Fiscalidade do petróleo: regime contratual e instrumentos económicos

Prof. Dr. António Mendes — Faculdade de Direito, Universidade Agostinho Neto
Dr. Manuel Cardoso — BNA — Banco Nacional de Angola

GestJus Law Review · Volume 2025 · pp. 31-32
15 de outubro de 2025
DOI: **10.5555/2025/0016**

◆ SUBSCRIÇÃO

RESUMO

Avaliação do regime fiscal aplicável ao sector petrolífero e dos contratos de produção partilhada.

Avaliação do regime fiscal aplicável ao sector petrolífero e dos contratos de produção partilhada.

Introdução

Este estudo aborda os principais aspectos do tema, com enfoque na realidade angolana e em comparação com outras jurisdições da CPLP.

Análise

A análise considera o quadro normativo vigente, a jurisprudência relevante e as práticas institucionais consolidadas.

Conclusão

Conclui-se que o regime actual carece de aperfeiçoamento legislativo e de orientações regulatórias mais claras.

Palavras-chave: petróleo, tributário, concessões

Citar: Prof. Dr. António Mendes; Dr. Manuel Cardoso. "Fiscalidade do petróleo: regime contratual e instrumentos económicos". GestJus Law Review, 2025, pp. 31–32.

<https://doi.org/10.5555/2025/0016>

DIREITO DO TRABALHO

Negociação colectiva no sector privado: dinâmica e bloqueios

Prof. Dr. Jorge Lima — ISCED-Luanda

GestJus Law Review · Volume 2025 · pp. 33-34

08 de novembro de 2025

DOI: **10.5555/2025/0017**

◆ SUBSCRIÇÃO

RESUMO

Mapeamento da prática de negociação colectiva e dos factores que limitam a sua difusão.

Mapeamento da prática de negociação colectiva e dos factores que limitam a sua difusão.

Introdução

Este estudo aborda os principais aspectos do tema, com enfoque na realidade angolana e em comparação com outras jurisdições da CPLP.

Análise

A análise considera o quadro normativo vigente, a jurisprudência relevante e as práticas institucionais consolidadas.

Conclusão

Conclui-se que o regime actual carece de aperfeiçoamento legislativo e de orientações regulatórias mais claras.

Palavras-chave: negociação colectiva, sindicatos, laboral

Citar: Prof. Dr. Jorge Lima. "Negociação colectiva no sector privado: dinâmica e bloqueios". GestJus Law Review, 2025, pp. 33–34. <https://doi.org/10.5555/2025/0017>

DIREITO DA CONCORRÊNCIA

Cartéis e provas indirectas: parâmetros para a actuação probatória

Dr^a. Beatriz Carvalho — Tribunal Constitucional

GestJus Law Review · Volume 2025 · pp. 35-36

25 de novembro de 2025

DOI: **10.5555/2025/0018**

◆ SUBSCRIÇÃO

RESUMO

Análise dos meios de prova nos processos de cartéis, à luz da prática angolana e europeia.

Análise dos meios de prova nos processos de cartéis, à luz da prática angolana e europeia.

Introdução

Este estudo aborda os principais aspectos do tema, com enfoque na realidade angolana e em comparação com outras jurisdições da CPLP.

Análise

A análise considera o quadro normativo vigente, a jurisprudência relevante e as práticas institucionais consolidadas.

Conclusão

Conclui-se que o regime actual carece de aperfeiçoamento legislativo e de orientações regulatórias mais claras.

Palavras-chave: cartéis, concorrência, prova

Citar: Dr^a. Beatriz Carvalho. "Cartéis e provas indirectas: parâmetros para a actuação probatória". GestJus Law Review, 2025, pp. 35–36. <https://doi.org/10.5555/2025/0018>

NOTAS DE JURISPRUDÊNCIA

Tribunal Constitucional: limites à devolução de receitas tributárias

Dr^a. Cláudia Vieira — Conselho da Concorrência de Angola

GestJus Law Review · Volume 2025 · pp. 37-38

08 de dezembro de 2025

DOI: **10.5555/2025/0019**

◆ SUBSCRIÇÃO

RESUMO

Comentário ao Acórdão TC 87/2025 sobre a devolução de receitas tributárias indevidamente cobradas.

Comentário ao Acórdão TC 87/2025 sobre a devolução de receitas tributárias indevidamente cobradas.

Introdução

Este estudo aborda os principais aspectos do tema, com enfoque na realidade angolana e em comparação com outras jurisdições da CPLP.

Análise

A análise considera o quadro normativo vigente, a jurisprudência relevante e as práticas institucionais consolidadas.

Conclusão

Conclui-se que o regime actual carece de aperfeiçoamento legislativo e de orientações regulatórias mais claras.

Palavras-chave: TC, tributário, restituição

Citar: Dr^a. Cláudia Vieira. "Tribunal Constitucional: limites à devolução de receitas tributárias". GestJus Law Review, 2025, pp. 37–38. <https://doi.org/10.5555/2025/0019>

DIREITO SOCIETÁRIO

Operações de fusão e cisão: regime jurídico e aspectos fiscais

Prof. Dr. António Mendes — Faculdade de Direito, Universidade Agostinho Neto
Dr^a. Cláudia Vieira — Conselho da Concorrência de Angola

GestJus Law Review · Volume 2025 · pp. 39-40
22 de dezembro de 2025
DOI: **10.5555/2025/0020**

◆ SUBSCRIÇÃO

RESUMO

O regime das fusões e cisões é examinado nas suas dimensões societária e tributária.

O regime das fusões e cisões é examinado nas suas dimensões societária e tributária.

Introdução

Este estudo aborda os principais aspectos do tema, com enfoque na realidade angolana e em comparação com outras jurisdições da CPLP.

Análise

A análise considera o quadro normativo vigente, a jurisprudência relevante e as práticas institucionais consolidadas.

Conclusão

Conclui-se que o regime actual carece de aperfeiçoamento legislativo e de orientações regulatórias mais claras.

Palavras-chave: fusão, cisão, sociedades, fiscal

Citar: Prof. Dr. António Mendes; Dr^a. Cláudia Vieira. "Operações de fusão e cisão: regime jurídico e aspectos fiscais". GestJus Law Review, 2025, pp. 39–40.

<https://doi.org/10.5555/2025/0020>